

Quadro Comparativo das Alterações do Regulamento do Plano de Previdência Complementar UnileverPrev (CNPB nº 2002.0024-11), administrado pela UnileverPrev – Sociedade de Previdência Privada.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
<p><u>2.8. “Conta de Contribuição de Participante”:</u> significará a parcela da Conta Total do Participante, nos registros da Sociedade, onde serão creditadas as contribuições de Participante Ativo e Participante Autopatrocinado, bem como a parcela do Crédito de Incorporação do Plano de Benefícios Diverprev e a parcela do Crédito de Incorporação do Plano de Benefícios Previrefinações, correspondentes às contribuições de Participante e os recursos financeiros portados de outra entidade de previdência complementar, incluindo o Retorno dos Investimentos.</p>	<p><u>2.8. “Conta de Contribuição de Participante”:</u> significará a parcela da Conta Total do Participante, nos registros da Sociedade, onde serão creditadas as contribuições de Participante Ativo e Participante Autopatrocinado, bem como a parcela do Crédito de Incorporação do Plano de Benefícios Diverprev e a parcela do Crédito de Incorporação do Plano de Benefícios Previrefinações, correspondentes às contribuições de Participante e os recursos financeiros portados de outra entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de previdência complementar, incluindo o Retorno dos Investimentos.</p>	<p>Aprimoramento redacional.</p>
<p>2.20 <u>“Data de Alteração e Reformulação do Plano”:</u> significará o dia 25/08/2017, data da publicação da Portaria PREVIC 821, de 29/08/2017, referente à aprovação, pelo referido órgão governamental, das alterações regulamentares decorrentes da reformulação dos planos previdenciários administrados pela Sociedade.</p>	<p>2.20 <u>“Data de Alteração e Reformulação do Plano”:</u> significará o dia 29/08/2017, data da publicação da Portaria PREVIC nº 821, de 25/08/2017, que outorgou a aprovação, pelo referido órgão governamental competente, das alterações regulamentares decorrentes da reformulação dos planos previdenciários administrados pela Sociedade, tendo cabido ao Conselho Deliberativo, dentro do prazo fixado à ocasião, estabelecer o dia 01/01/2018, como data do início da eficácia da referida reformulação dos planos.</p>	<p>Acerto na data da Portaria e de sua publicação e aprimoramento redacional para inclusão das informações específicas, propiciando maior clareza ao texto regulamentar.</p>
<p>2.43. <u>“Valor Previdenciário UnileverPrev – VPU”:</u> em 1º (primeiro) de junho de 2021, o valor da VPU é de R\$ 4.901,45 (quatro mil, novecentos e um reais e quarenta e cinco centavos). Esse valor será atualizado anualmente, de acordo com o Índice de Reajuste. A VPU poderá, ainda, ser reajustada por outro índice, mediante parecer favorável do Atuário e aprovação das Patrocinadoras e da autoridade governamental competente.</p>	<p>2.43. <u>“Valor Previdenciário UnileverPrev – VPU”:</u> em 1º (primeiro) de junho de 2023, o valor da VPU é de R\$ 5.689,85 (cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Esse valor será atualizado anualmente, de acordo com o Índice de Reajuste. A VPU poderá, ainda, ser reajustada por outro índice, mediante parecer favorável do Atuário e aprovação das Patrocinadoras e da autoridade governamental competente.</p>	<p>Atualização do valor de referência indicado no item.</p>
<p>5.4. Embora as Patrocinadoras esperem dar continuidade a este Plano e efetuar as contribuições necessárias para financiá-lo, reservam-se, contudo, o direito de reduzir ou interromper temporariamente suas contribuições, pelo período de até 1 (um) ano, sujeito a prorrogações, e só fazer as contribuições</p>	<p>5.4. Embora as Patrocinadoras esperem dar continuidade a este Plano e efetuar as contribuições necessárias para financiá-lo, reservam-se, contudo, o direito de reduzir ou interromper temporariamente suas contribuições, pelo período de até 1 (um) ano, sujeito a prorrogações, e só fazer as contribuições destinadas</p>	<p>Ajuste de terminologia. Atendimento a exigência contida na Nota Técnica 1904/2023/Previc.</p>

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
destinadas à satisfação dos Benefícios que até então já estiverem creditados aos Participantes ou Beneficiários. Neste caso, essa medida deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Deliberativo, comunicada à autoridade governamental competente e divulgada aos Participantes do Plano. A redução ou interrupção temporária das contribuições da Patrocinadora não resultará na liquidação do Plano, que continuará em vigor até a revogação da suspensão ou interrupção pelas Patrocinadoras, de acordo com as determinações da autoridade governamental competente.	à satisfação dos Benefícios que até então já estiverem creditados aos Participantes ou Beneficiários. Neste caso, essa medida deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Deliberativo, comunicada à autoridade governamental competente e divulgada aos Participantes do Plano. A redução ou interrupção temporária das contribuições da Patrocinadora não resultará na extinção do Plano, que continuará em vigor até a revogação da suspensão ou interrupção pelas Patrocinadoras, de acordo com as determinações da autoridade governamental competente.	
6.1.6.1. Ao Participante Autopatrocinado somente será facultado a desistência voluntária de suas contribuições a este Plano, como previsto no item 8.3.1, alínea “e”.	6.1.6.1. Ao Participante Autopatrocinado somente será facultado a desistência voluntária de suas contribuições a este Plano, hipótese em que serão aplicadas as disposições previstas no item 8.3.1, alínea “e”.	Ajuste redacional, em atenção a exigência contida na Nota Técnica 1904/2023/Previc.
7.4.3. Os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez serão cancelados tão logo a Previdência Social suspenda seu benefício de invalidez ou auxílio doença ou no caso de uma recuperação antecipada.	7.4.3. Os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez serão cancelados tão logo a Previdência Social suspenda seu benefício de invalidez ou no caso de uma recuperação antecipada.	Aprimoramento redacional, visto que o plano não concede benefício complementar ao auxílio doença da Previdência Social.
7.5.2.1 O Benefício de Pensão por Morte será concedido, sob a forma de renda mensal, ao conjunto de Beneficiários do Participante que vier a falecer, e será calculado sobre 100% (cem por cento) do saldo da Conta Total do Participante, existente na Data do Cálculo, incluindo-se a parcela relativa ao “Crédito de Incorporação do Plano Diverprev” e ao “Crédito de Incorporação do Plano Previrefinações, eventualmente existentes.	7.5.2.1 O Benefício de Pensão por Morte será concedido, sob a forma de renda mensal, ao conjunto de Beneficiários do Participante que vier a falecer, e será calculado sobre 100% (cem por cento) do saldo da Conta Total do Participante, existente na Data do Cálculo, incluindo-se a parcela relativa ao “Crédito de Incorporação do Plano Diverprev” e ao “Crédito de Incorporação do Plano Previrefinações, eventualmente existentes.	Reorganização do item em sub-ítem para melhor organização. Parte inicial (7.5.2.1) sem alterações.
O benefício será pago sob a forma de pagamento único ou, conforme opção do conjunto de Beneficiários, em comum acordo, sob uma das formas previstas no item 9.3.1, que poderá ser distinta da forma de pagamento que vinha sendo adotada para o Participante falecido. Não havendo consenso entre os Beneficiários quanto à forma de recebimento, a Pensão por Morte será paga na forma de prestação única.	7.5.2.2. O benefício será pago sob a forma de pagamento único ou, conforme opção do conjunto de Beneficiários, em comum acordo, sob uma das formas previstas no item 9.3.1, que poderá ser distinta da forma de pagamento que vinha sendo adotada para o Participante Assistido falecido, quando for o caso . Não havendo consenso entre os Beneficiários quanto à forma de recebimento, a Pensão por Morte será paga na forma de prestação única.	Reorganização do item em sub-ítem para melhor organização, com aprimoramento redacional.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
O Benefício de Pensão por Morte será rateado em partes iguais entre os Beneficiários. Em caso de benefício pago sob uma das formas previstas no item 9.3.1, toda vez que se extinguir uma parcela desse Benefício em virtude da perda da condição de Beneficiário, processar-se-á a novo cálculo e novo rateio de Benefício, considerados apenas os Beneficiários remanescentes.	7.5.2.3. O Benefício de Pensão por Morte será rateado em partes iguais entre os Beneficiários. Em caso de benefício pago sob uma das formas previstas no item 9.3.3 , toda vez que se extinguir uma parcela desse Benefício em virtude da perda da condição de Beneficiário, processar-se-á a novo cálculo e novo rateio de Benefício, considerados apenas os Beneficiários remanescentes.	Reorganização do item em sub-ítem para melhor organização, com ajuste de referência.
Em caso de falecimento de Participante Ativo, havendo apenas Beneficiário Designado, este receberá o montante acumulado na Conta Total do Participante até o momento de seu falecimento, sob a forma de pagamento único.	7.5.2.4. Em caso de falecimento de Participante Ativo, Autopatrocinado ou Vinculado , havendo apenas Beneficiário Designado, este receberá o montante acumulado na Conta Total do Participante até o momento de seu falecimento, sob a forma de pagamento único.	Reorganização do item em sub-ítem para melhor organização, com aprimoramento redacional.
Em caso de falecimento de Participante Assistido, havendo apenas Beneficiário Designado, este receberá o montante remanescente na Conta Total do Participante no momento do falecimento, sob a forma de pagamento único.	7.5.2.5. Em caso de falecimento de Participante Assistido, havendo apenas Beneficiário Designado, este receberá o montante remanescente na Conta Total do Participante no momento do falecimento, sob a forma de pagamento único.	Reorganização do item em sub-ítem para melhor organização, sem alterações redacionais.
Havendo valor remanescente do saldo da Conta Total do Participante em qualquer situação de concessão do Benefício de Pensão por Morte, inexistindo Beneficiários, este será destinado aos Beneficiários Designados ou, na ausência destes, aos herdeiros designados em inventário judicial ou por escritura pública, sob a forma de pagamento único.	7.5.2.6. Havendo valor remanescente do saldo da Conta Total do Participante em qualquer situação de concessão do Benefício de Pensão por Morte, inexistindo Beneficiários, este será destinado aos Beneficiários Designados ou, na ausência destes, aos herdeiros designados em inventário judicial ou por escritura pública, sob a forma de pagamento único.	Reorganização do item em sub-ítem para melhor organização, sem alterações redacionais.
8.1 DESLIGAMENTO No caso de Término do Vínculo Empregatício, o Participante Ativo poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do extrato contendo as informações exigidas pela legislação, optar por um dos seguintes institutos disciplinados neste Capítulo, observadas as respectivas carências e condições: (a) Benefício Proporcional Diferido; (b) Autopatrocínio; (c) Portabilidade;	8.1. DESLIGAMENTO No caso de Término do Vínculo Empregatício, o Participante Ativo poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do extrato contendo as informações exigidas pela legislação, optar por um dos seguintes institutos disciplinados neste Capítulo, observadas as respectivas carências e condições: (e) Benefício Proporcional Diferido; (f) Autopatrocínio; (g) Portabilidade;	Atualização redacional, para alinhamento às regras previstas na Resolução CNPC 50/22 e Resolução Previc 23/2023.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
(d) Resgate.	(h) Resgate. O extrato aqui referido será disponibilizado pela Sociedade ao Participante, por meio impresso ou em seu sítio eletrônico, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação do Término do Vínculo Empregatício ou do requerimento protocolado pelo Participante, conforme hipóteses previstas na legislação.	
8.1.2 Na hipótese prevista no item 8.1.1, caso o Participante não atenda às condições exigidas para optar pelo Benefício Proporcional Diferido ou pela Portabilidade e não formalize opção pelo Autopatrocínio no prazo assinalado no item 8.1, a sua inscrição será cancelada, restando unicamente o direito ao instituto do Resgate disciplinado no item 8.5, cujo pagamento será efetuado mediante requerimento.	8.1.2. Na hipótese prevista no item 8.1.1, caso o Participante não seja elegível ao benefício de Aposentadoria Antecipada ou Normal e não atenda às condições exigidas para optar pelo Benefício Proporcional Diferido ou pela Portabilidade e não formalize opção pelo Autopatrocínio no prazo assinalado no item 8.1, a sua inscrição será cancelada e presumida a sua opção pelo instituto do Resgate disciplinado no item 8.5.	Atualização redacional, para alinhamento às regras previstas na Resolução CNPC 50/22 e Resolução Previc 23/2023.
8.1.3 O prazo para a formalização da opção pelos institutos, previsto no item 8.1, será suspenso na hipótese de o Participante apresentar, durante o referido prazo, questionamento devidamente formalizado junto à Sociedade, no tocante às informações constantes do extrato de que trata aquele item, reiniciando-se a sua contagem após a prestação dos esclarecimentos pela Sociedade.	8.1.3. O prazo para a formalização da opção pelos institutos, previsto no item 8.1, será suspenso na hipótese de o Participante apresentar, durante o referido prazo, questionamento devidamente formalizado junto à Sociedade, no tocante às informações constantes do extrato de que trata aquele item, reiniciando-se a sua contagem após a prestação dos esclarecimentos pela Sociedade, que para tanto deverá observar o prazo previsto na legislação.	Aprimoramento redacional.
8.2.1 O Participante Ativo poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido em caso de Término do Vínculo Empregatício, desde que não seja elegível ao benefício de Aposentadoria Normal, ou que não tenha requerido o benefício de Aposentadoria Antecipada e que tenha completado 3 (três) anos de Tempo de Participação. Optando pelo Benefício Proporcional Diferido, este se tornará um Participante Vinculado e o saldo da Conta Total do Participante ficará retido no Plano até que este complete a idade prevista para elegibilidade ao benefício de Aposentadoria Normal.	8.2.1. O Participante Ativo poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido em caso de Término do Vínculo Empregatício, desde que não seja elegível ao benefício de Aposentadoria Normal, ou que não tenha requerido o benefício de Aposentadoria Antecipada e que tenha completado 3 (três) anos de Tempo de Participação. Optando pelo Benefício Proporcional Diferido, este se tornará um Participante Vinculado e o saldo da Conta Total do Participante ficará retido no Plano até que este requiera a sua concessão.	Aprimoramento redacional.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
8.2.5 Na hipótese do Participante Vinculado vir a falecer, seus Beneficiários, na sua falta, o Beneficiário Designado terá direito ao recebimento, sob a forma de pagamento único, do saldo da Conta Total do Participante retido no Plano, na Data do Cálculo.	8.2.5. Na hipótese do Participante Vinculado vir a falecer, será concedido o Benefício de Pensão por Morte, nos termos dos itens 7.5.2.1 a 7.5.2.4 e 7.5.2.6.	Adaptação redacional, para fazer referência ao benefício, que está detalhado nos itens referidos na nova redação proposta.
8.2.7. Se, na data de início do recebimento do Benefício Proporcional Diferido, constatar-se que o saldo da Conta Total do Participante é igual ou inferior a 30 (trinta) VPU, o benefício poderá ser pago ao Participante, de uma única vez, extinguindo-se, assim, definitivamente, todas as obrigações da Sociedade com relação a esse Participante e seus Beneficiários.	8.2.7. Se, na data de início do recebimento do Benefício Proporcional Diferido, constatar-se que o saldo da Conta Total do Participante é igual ou inferior a 30 (trinta) VPU, o benefício, a critério do Participante, poderá ser pago em parcela única , extinguindo-se, assim, definitivamente, todas as obrigações da Sociedade com relação a esse Participante e seus Beneficiários.	Alteração do dispositivo, em atendimento a recomendação contida na Nota Técnica 1904/2023/Previc.
8.2.8 A opção do Participante pelo Benefício Proporcional Diferido não impede a posterior opção pela Portabilidade ou Resgate, cujos valores serão apurados nos respectivos termos previstos neste Regulamento.	8.2.8 A opção do Participante pelo Benefício Proporcional Diferido não impede a posterior opção pelo Autopatrocínio , Portabilidade ou Resgate, hipótese em que serão aplicáveis as regras previstas neste Regulamento para os respectivos institutos.	Atualização redacional, para alinhamento às regras previstas na Resolução CNPC 50/22.
8.3.1. (...) (f) na hipótese de falecimento do Participante Autopatrocinado, antes de ser elegível a um Benefício de Aposentadoria, será devido aos seus Beneficiários, mediante rateio, em partes iguais, o benefício de Pensão por Morte previsto neste Regulamento;	8.3.1. (...) (e) na hipótese de desistência voluntária das condições assumidas pelo Participante Autopatrocinado antes de obter a concessão de Benefício deste Plano, a ele será facultado optar pelo Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou Resgate, observados os respectivos requisitos e regras aplicáveis a cada um dos referidos institutos, disciplinados nos itens 8.2, 8.4. e 8.5 e seus sub-itens; (f) na hipótese de falecimento do Participante Autopatrocinado, será concedido o Benefício de Pensão por Morte, nos termos dos itens 7.5.2.1 a 7.5.2.4 e 7.5.2.6; (...)	Adaptação redacional do item (e), em atendimento a exigência contida na Nota Técnica 1904/2023/Previc. Adaptação redacional do item (f), para fazer referência ao benefício, que está detalhado nos itens referidos na nova redação proposta.
8.4.1 O Participante Ativo que tiver cessado seu vínculo empregatício com Patrocinadora, após completar 3 (três) anos de Tempo de Participação e desde que não esteja em gozo de Benefício deste Plano, observado o prazo referido no item 8.1,	8.4.1 O Participante Ativo que tiver cessado seu vínculo empregatício com Patrocinadora, após completar 3 (três) anos de Tempo de Participação e desde que não esteja em gozo de Benefício deste Plano, observado o prazo referido no item 8.1,	Atualização redacional, para alinhamento às regras previstas na Resolução CNPC 50/22 e Resolução Previc 23/2023, que

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
poderá optar por portar, para outra entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar, o montante correspondente a 100% (cem por cento) do saldo de Conta Total do Participante.	poderá optar por portar, para outro plano de benefícios de caráter previdenciário, administrado por entidade aberta ou fechada de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar, o montante correspondente a 100% (cem por cento) do saldo de Conta Total do Participante.	não restringem a portabilidade apenas para planos de outras entidades de previdência.
	8.4.1.1 Eventual débito que o Participante possua junto ao Plano será descontado do valor líquido a ser portado.	Inclusão de item, para alinhamento às regras previstas na Resolução CNPC 50/22 e Resolução Previc 23/2023.
8.4.2 Nos termos da legislação vigente aplicável, o Plano recepcionará recursos portados por Participante, oriundos de outra entidade de previdência complementar. Neste caso, os recursos recepcionados por meio de portabilidade, serão alocados na Conta de Contribuição de Participante, sob rubrica própria “Recursos Portados”, sub-dividida em “Recursos Portados – Entidade Fechada” e “Recursos Portados – Entidade Aberta/Seguradora”, conforme sua constituição. Os “Recursos Portados” não estarão sujeitos, para nova portabilidade, ao prazo de carência fixado no item 8.4.1 deste Regulamento.	8.4.2 Nos termos da legislação vigente aplicável, o Plano recepcionará recursos portados por Participante Ativo, Autopatrocinado ou Vinculado , oriundos de outra entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar . Neste caso, os recursos recepcionados por meio de portabilidade, serão alocados na Conta de Contribuição de Participante, sob rubrica própria “Recursos Portados”, sub-dividida em “Recursos Portados – Entidade Fechada” e “Recursos Portados – Entidade Aberta/Seguradora”, conforme sua constituição, segregando-se, em relação aos recursos portados a partir de 01/01/2023, os valores formados por contribuições do Participante daqueles oriundos de contribuições patronais . Os “Recursos Portados” não estarão sujeitos, para nova portabilidade, ao prazo de carência fixado no item 8.4.1 deste Regulamento.	Adaptação redacional, para alinhamento às regras previstas na Resolução CNPC 50/22 e Resolução Previc 23/2023.
8.5.1 O Participante Ativo que não esteja em gozo de Benefício deste Plano, poderá, alternativamente, optar pelo Resgate correspondente a 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Contribuição de Participante, calculado na Data do Cálculo, cujo pagamento está condicionado à cessação do vínculo empregatício. Nesta hipótese, em relação aos recursos alocados na rubrica “Recursos Portados – Entidade Aberta/Seguradora” o	8.5.1 O Participante Ativo que não esteja em gozo de Benefício deste Plano, poderá, alternativamente, optar pelo Resgate correspondente a 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Contribuição de Participante, calculado na Data do Cálculo, cujo pagamento está condicionado à cessação do vínculo empregatício, ressalvado o disposto no item 8.5.1.1 . Nesta hipótese, em relação aos recursos alocados na rubrica “Recursos Portados – Entidade	Inclusão de ressalva, em vista da inclusão do item 8.5.1.1.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
Participante poderá optar por integrá-lo ao valor do Resgate ou portar esses recursos para outro plano. Eventual saldo de “Recursos Portados – Entidade Fechada” não poderá ser resgatado, devendo ser necessariamente objeto de Portabilidade.	Aberta/Seguradora” o Participante poderá optar por integrá-lo ao valor do Resgate ou portar esses recursos para outro plano. Eventual saldo de “Recursos Portados – Entidade Fechada” não poderá ser resgatado, devendo ser necessariamente objeto de Portabilidade.	
	8.5.1.1 A suspensão do contrato de trabalho decorrente da concessão, pela Previdência Social, de benefício de aposentadoria por invalidez, será equiparada ao Término do Vínculo Empregatício, facultando-se ao Participante a opção pelo Resgate, cujo pagamento será realizado independentemente da cessação do vínculo empregatício.	Atualização redacional, para alinhamento à regra prevista no art. 17, § 5º, da Resolução CNPC 50/22.
	8.5.1.2 Eventual débito que o Participante possua junto ao Plano será descontado do valor líquido a ser resgatado.	Inclusão de item, para alinhamento à regra prevista na Resolução CNPC 50/22.
8.5.2 O valor do Resgate será efetuado sob a forma de pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.	8.5.2 O valor do Resgate será efetuado (i) sob a forma de pagamento único, facultado o seu diferimento por até 90 (noventa) dias, a critério da Entidade; ou, (ii) a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas. Os valores pagos serão atualizados com base no valor da última quota apurada disponível na data do efetivo pagamento.	Adaptação redacional, em linha com o previsto na Resolução CNPC 50/22, art. 21.
8.5.3 O pagamento do Resgate extingue definitivamente todas as obrigações da Sociedade em relação ao Participante e seus Beneficiários.	8.5.3 O pagamento do Resgate, que será realizado mediante transferência bancária para conta-corrente de titularidade do Participante, constante dos cadastros da Sociedade ou por ele indicada, importará quitação e consequente extinção de todas as obrigações da Sociedade em relação ao Participante e seus Beneficiários.	Aprimoramento redacional.
8.5.4 O pagamento do Resgate estará sempre condicionado ao Término do Vínculo Empregatício.	8.5.4 O pagamento do Resgate estará sempre condicionado ao Término do Vínculo Empregatício, ressalvada a hipótese prevista no item 8.5.1.1.	Inclusão de ressalva, em vista da inclusão do item 8.5.1.1.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
<p>9.3.3 O saldo remanescente da Conta Total do Participante, após aplicação do item 9.3.2, será pago na forma de renda mensal, utilizando-se uma das formas abaixo, conforme escolha do Participante ou Beneficiários, se o caso:</p> <p>(a) pagamentos mensais fixos em moeda, calculados sobre o saldo da Conta Total do Participante, definidos anualmente em janeiro de cada ano, desde que por um período mínimo de 15 (quinze) anos. O saldo da Conta Total do Participante será reavaliado anualmente e receberá o Retorno dos Investimentos. O período de recebimento poderá ser redefinido pelo Participante ou, se aplicável pelos Beneficiários, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, desde que respeitado o período mínimo de 15 (quinze) anos contados a partir da data de início de pagamento do Benefício;</p> <p>(b) pagamentos mensais, em número constante de quotas, por um período mínimo de 15 (quinze) anos. O período de recebimento poderá ser redefinido pelo Participante ou, se aplicável pelos Beneficiários, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, desde que respeitado o período mínimo de 15 (quinze) anos contados a partir da data de início de pagamento do Benefício;</p> <p>(c) um Benefício de renda mensal, calculado mensalmente, podendo variar entre o percentual de 0,10% (zero vírgula dez por cento) a 1,5% (um e meio por cento) do saldo da Conta Total do Participante remanescente, referente ao mês imediatamente anterior ao do pagamento. Esse percentual poderá ser alterado, sempre observando múltiplos de 0,10% (zero vírgula dez por cento), pelo Participante ou, se aplicável pelos Beneficiários, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, observado o limite estabelecido no item 9.3.10.</p>	<p>9.3.3 O saldo remanescente da Conta Total do Participante, após aplicação do item 9.3.2, será pago na forma de renda mensal, utilizando-se uma das formas abaixo, conforme escolha do Participante ou Beneficiários, se o caso:</p> <p>(a) pagamentos mensais fixos em moeda, calculados da seguinte forma: (i) o Participante define o período de recebimento desejado, observado o prazo mínimo de 15 (quinze) anos; (ii) a Entidade fixa o valor da renda mensal, em Reais, mediante divisão do saldo da Conta Total do Participante pelo período de recebimento escolhido pelo Participante; (iii) a renda mensal assim calculada permanece fixa, em Reais, durante o ano, até o mês de dezembro, inclusive; (iv) no mês de janeiro de cada ano, a renda mensal é recalculada, com base no saldo remanescente da Conta Total do Participante, atualizado pelo Retorno dos Investimentos, dividido período de recebimento faltante. O período de recebimento poderá ser redefinido pelo Participante ou, se aplicável pelos Beneficiários, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, desde que respeitado o período mínimo de 15 (quinze) anos contados a partir da data de início de pagamento do Benefício;</p> <p>(b) pagamentos mensais, em número constante de quotas, por um período mínimo de 15 (quinze) anos. O período de recebimento poderá ser redefinido pelo Participante ou, se aplicável pelos Beneficiários, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, desde que respeitado o período mínimo de 15 (quinze) anos contados a partir da data de início de pagamento do Benefício;</p> <p>(c) um Benefício de renda mensal, calculado mensalmente, podendo variar entre o percentual de 0,10% (zero vírgula dez por cento) a 1,5% (um e meio por cento) do saldo da Conta Total do Participante remanescente, referente ao mês imediatamente anterior ao do pagamento. Esse percentual poderá ser alterado,</p>	<p>Adaptação redacional, para maior clareza quanto aos procedimentos operacionais aplicáveis às modalidades de renda paga pelo Plano.</p>

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
	sempre observando múltiplos de 0,10% (zero vírgula dez por cento), pelo Participante ou, se aplicável pelos Beneficiários, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, observado o limite estabelecido no item 9.3.11.	
	9.3.3.3 Nas opções pelas formas de recebimento previstas nas alíneas (a) e (b) do item 9.3.3, o limite mínimo de 15 (quinze) anos ali previsto será sempre calculado a partir da data de início de pagamento do Benefício, mesmo em casos de alterações de forma de recebimento posteriores à concessão do Benefício, conforme previsto no item 9.3.3.1.	Inclusão de item, para maior clareza quanto aos procedimentos operacionais aplicáveis às modalidades de pagamento ali previstas.
	<p>9.3.12 Ao Participante Assistido portador de moléstia grave, ressalvada a exceção prevista no item 9.3.12.2, por ocasião da concessão do benefício ou durante o período de manutenção de prestação continuada paga por uma das formas previstas no item 9.3.3, será facultado optar pelo recebimento do saldo remanescente da Conta Total do Participante a que fizer jus, na forma de prestação única, extinguindo-se todas as obrigações da Sociedade em relação a esse Participante ou seus Beneficiários.</p> <p>9.3.12.1 As moléstias graves a que se refere o item 9.3.12 são exclusivamente aquelas previstas na legislação tributária, que conferem ao contribuinte o benefício fiscal da isenção do imposto de renda, sendo que, para fazer jus à possibilidade de recebimento do saldo da Conta Total do Participante em prestação única, o Participante Assistido deverá comprovar que obteve a mencionada isenção fiscal, observados os procedimentos para tanto estabelecidos pela Sociedade.</p> <p>9.3.12.2 A faculdade prevista no item 9.3.12 não será aplicável, sob qualquer hipótese, a Participante Assistido que esteja em gozo de benefício pago na forma de renda mensal vitalícia (inclusive aquela dimensionada em quotas).</p>	Disposições incluídas para contemplar a possibilidade de pagamento do saldo em prestação única, no caso de assistido que venha a contrair moléstia grave, em atendimento a pleitos recebidos pela Entidade, a partir de situações concretas.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR UNILEVERPREV

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
<p>Capítulo 10 – Das Alterações e da Liquidação do Plano</p> <p>10.2. Liquidação do Plano</p> <p>No caso de liquidação do Plano, nenhuma contribuição excedente aos compromissos assumidos por intermédio deste Regulamento, na forma das normas legais vigentes, será feita pelas Patrocinadoras. Configurando-se uma das hipóteses supra, o ativo líquido do Plano será destinado na forma que dispuser a legislação vigente, garantindo-se aos Participantes do Plano privilégio especial sobre os bens garantidores das reservas técnicas e privilégio geral sobre as demais partes não vinculadas do ativo, caso os bens garantidores das reservas técnicas não sejam suficientes para a cobertura dos direitos respectivos</p>	<p>Capítulo 10 – Das Alterações ao Plano</p> <p>10.2. Extinção do Plano</p> <p>O Plano de Benefícios poderá ser extinto mediante retirada total de patrocínio aprovada pelo Conselho Deliberativo e pela autoridade competente, observadas as disposições estabelecidas pela legislação de regência.</p> <p>Em caso de retirada de Patrocinadora, serão adotados os procedimentos estabelecidos na legislação vigente.</p>	<p>Revisão redacional, em atendimento a exigência contida na Nota Técnica 1904/2023/Previc.</p>
<p>11.10 A Sociedade fornecerá ou disponibilizará, por meio impresso ou portal eletrônico, anualmente a cada Participante um extrato registrando o saldo da Conta Total do Participante no período.</p>	<p>11.10 A Entidade disponibilizará aos Participantes extrato informativo referente aos respectivos saldos de conta individuais e demais informações cuja divulgação esteja prevista na legislação em vigor, observado o conteúdo e a periodicidade por esta determinados, sem prejuízo da divulgação de outros informes que julgar apropriados.</p>	<p>Revisão redacional, em atendimento a exigência contida na Nota Técnica 1904/2023/Previc.</p>